

**ATA DA 68ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO COMITÊ DE
GERENCIAMENTO DA BACIA DO RIO ARARANGUÁ E AFLUENTES
CATARINENSES DO MAMPITUBA**

DATA: 25/09/2024 (quarta-feira).

HORÁRIO: 13 horas 30 minutos, com 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das organizações-membro ou na falta de quórum, em segunda convocação, às 14 horas, com 1/3 (um terço) das organizações-membro.

LOCAL: Rua Marcos João Patrício, s/n, bairro Barranca, Araranguá/SC, no Centro de Treinamento de Araranguá - CETRAR/EPAGRI.

PAUTA:

1. Discussão e aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 31/07/2024;
2. Assuntos Gerais;
3. Alteração do representante titular da Fundave e permanência do vice-presidente;
4. Discussão e aprovação de alteração *ad referendum* do calendário de Assembleias Gerais Ordinárias do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio Araranguá e Afluentes Catarinenses do Mampituba para o ano de 2024;
5. Reestruturação das Câmaras Técnicas;
6. Aprovação da atualização do Regimento Interno das Câmaras Técnicas do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba;
7. Apresentação da proposta e definição do cronograma do Planejamento Estratégico do Comitê Araranguá e Afluentes do Mampituba;
8. Encerramento.

MEMÓRIA DA REUNIÃO:

1 Aos vinte cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas,
2 no endereço Rua Marcos João Patrício, s/nº, bairro Barranca, Araranguá/SC, no Centro de
3 Treinamento de Araranguá - CETRAR/EPAGRI, em segunda convocação, com a representação
4 de 24 organizações-membro, reuniu-se a plenária do Comitê de Gerenciamento da Bacia
5 Hidrográfica do Araranguá e Afluentes Catarinenses do Rio Mampituba, conforme lista de
6 presença arquivada na secretaria executiva deste Comitê, em sua 68ª Assembleia Geral
7 Ordinária. Abrindo a assembleia, a presidente do comitê, Sra. Eliandra Gomes Marques, fez o
8 acolhimento de todos os presentes e apresentou a ordem do dia, abrindo breve espaço para que
9 o secretário executivo, Sr. Maurício Thadeu Fenilli de Menezes, também desse às boas-vindas
10 aos presentes. Ato contínuo, passou ao primeiro item da pauta: 1) Discussão e aprovação da ata
11 da Assembleia Geral Ordinária de 31/07/2024. A presidente colocou em discussão e, não
12 havendo nada a acrescentar, colocou em votação, com aprovação de 23, com uma abstenção.
13 Na sequência, passou ao segundo ponto de pauta, 2) Assuntos Gerais: PL nº 4546/2021, que
14 atualmente está em tramitação no Congresso Nacional, que institui a Política Nacional de
15 Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços
16 hídricos e altera a Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), e a Lei nº 9.984/2000, a presidente



17 destacou o problema que a aprovação pode causar, havendo moções de repúdio por parte dos
18 comitês de bacia hidrográfica. Para abordar esse tema, o coordenador Geral do Fórum Nacional
19 de Comitês de Bacias Hidrográficas, Sr. Maurício Scalon, participou da assembleia de forma
20 remota. Em sua fala ele informou sobre a criação de um GT para discutir o tema, destacando
21 que se tratava um projeto muito inadequado, chamado de “novo marco hídrico”, colocando em
22 risco o acesso das pessoas à água ao propor um processo. Destacou a gestão descentralizada
23 que vem sendo propiciada a partir da Lei 9.433/97, com a participação da sociedade na
24 governança da gestão. Segundo Scalon, o PL foi criado sem a participação do SINGREH e
25 provoca um desmonte dos instrumentos de gestão e do controle social, privilegiando o setor
26 privado na gestão da água. E transforma a Outorga num bem a ser comercializado. Disse que
27 essa mudança vai gerar a “grilagem da água”, com milícias hídricas, excluindo os comitês na
28 sua participação nas políticas hídricas. Observou que o tema está sendo articulado com
29 deputados e, em função das eleições municipais, estando os deputados fora do congresso. O PL
30 está em regimento de urgência e a qualquer hora, devendo haver uma mobilização para barrar.
31 O coordenador Geral do ProFor Águas Unesc, professor Carlyle Torres Bezerra de Menezes,
32 sugeriu que se saiba quem está à frente desse PL, para saber quem é que está fazendo a defesa
33 da proposta, afirmando que é preciso adotar-se uma posição preventiva e não reativa. Scalon
34 sugeriu que os membros do comitê leiam as normas técnicas para entender o processo e fazer o
35 devido enfrentamento para derrubá-lo. Segundo a presidente, Sra. Eliandra, o que está no centro
36 da questão é que o SINGREH não foi consultado e o PL tira a participação da sociedade no
37 processo de gestão hídrica. Informou que há uma reunião no dia 10/10 sobre o tema do Fórum
38 Catarinense para a mobilização e que o processo seja revertido. E que os comitês entrem na
39 participação, deliberando por uma moção. O representante do Cidasc, Sr. Rômulo afirmou que
40 não conhece a questão e precisa saber para poder compreender melhor sobre o tema. O gerente
41 de Recursos Hídricos e Saneamento da SEMAE, Sr. Vinícius Constante, sugeriu que a CTIL
42 seja acionada para discutir a questão. Por sua vez, o representante da Adisi, Sr. Sérgio Marini,
43 sugeriu para a mobilização do Fórum Catarinense. A presidente, Eliandra, explicou que é
44 preciso a deliberação documento do Comitê para o Fórum poder defender. Desta forma,
45 comprometeu-se em disponibilizar os documentos aos membros e discutir com a CTIL para
46 analisar o tema e dar um parecer para que o Comitê se posicione. Finalizando sua participação,
47 o Sr. Maurício Scalon sugeriu que o Comitê procure o apoio do Coordenador Geral do Fórum
48 Catarinense de Comitês, Sr. Clenoir, para que o movimento de resistência ao PL seja
49 fortalecido. Eliandra agradeceu à participação do coordenador do Fórum Nacional de Comitês,
50 e colocou o Comitê à disposição para colaboração. Dando sequência, informou sobre reunião
51 realizada com a presidente do Comitê Mampituba para tratar da gestão compartilhada da bacia
52 hidrográfica do rio Mampituba entre os órgãos catarinense e gaúcho. E que o Comitê
53 encaminhou ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) ofício solicitando tal pleito,
54 destacando que os estados já estarão mais articulados após as eleições. Passando para um novo
55 assunto, a presidente passou informações sobre sua participação no “Diálogo pelas Águas 2024:
56 governança e soluções baseadas na natureza”, evento realizado no mês de setembro, em São
57 Paulo, pelo Observatório de Governança das Águas. Relatou que manteve contato com



58 representantes da Agência Nacional das Águas e Saneamento (ANA) sobre gestão
59 compartilhada, e com outros dirigentes de comitê, que gostariam de fazer a discussão sobre o
60 tema. E que conversou com Diretor da Agência, Nazareno Araújo, o qual comentou que o
61 Comitê Araranguá/Mampituba está com as tratativas bem adiantadas para implementar tal
62 processo. Segundo Eliandra, não será possível este ano, o Comitê contará com o apoio das CTs
63 para elaborar e encaminhar documento ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos com o
64 objetivo da gestão compartilhada. E perguntou se os membros concordam em o Comitê dar
65 sequência a esse processo. Sobre esse mesmo tema, questionou-se se os municípios do entorno
66 concederiam a outorga para o uso da água de um lado e do outro. Sobre esse aspecto, o gerente
67 de Recursos Hídricos da Sema, Sr. Vinícius Constante, observou que quem dá outorga é a
68 ANA, em âmbito federal, e a Sema, em âmbito estadual. A técnica do ProFor Águas Unesc,
69 que dá apoio ao comitê, Sr. Sabrina Baesso Cadorin, questionou se seria criado um comitê
70 federal, recebendo resposta do Sr. Vinícius, que explicou que deve ser feita uma articulação
71 para o uso da estrutura dos dois comitês, com o estabelecimento de agenda comum. Retomando
72 a abordagem sobre o evento do OGA, a presidente lembrou que o Comitê é signatário, a
73 exemplo do Comitê Urussanga, e que ambos os comitês realizarão o desenho da governança
74 nas duas bacias por meio do protocolo proposto pelo Observatório, gerando informações que
75 ajudarão a subsidiar o Sistema de Informações Sobre Recursos Hídricos de Santa Catarina
76 (SIRHESC). Ainda dentro dos Assuntos Gerais, Eliandra informou que o Comitê, por meio de
77 sua participação, foi representado no dia mundial de limpeza das praias, em Torres, no sábado
78 21/09, juntamente com o Comitê Mampituba. E também destacou a realização da última oficina
79 do projeto “Clima Água”, ocorrida na terça-feira, dia 24/09, lembrando da importância pela
80 formação de professores que atuam nas escolas da Rede Estadual sob a coordenação da CRE
81 Araranguá para a promoção de Educação Ambiental. E que o Comitê pretende reeditar a
82 iniciativa no próximo ano. Relatou que foram cinco oficinas e que a iniciativa teve 25 inscritos
83 e que alguns trabalhos apresentados na 22ª Feira Regional de Ciências e Tecnologia da CRE
84 Araranguá foram resultantes do projeto. A presidente reportou ainda à plenária a capacitação a
85 ser realizada para produção da maquete da bacia, por meio de uma oficina. Sobre esse tema, a
86 técnica em Gestão Ambiental do ProFor, Sra. Ana Paula Matos explicou que houve
87 remanejamento de recurso para esse fim. Em relação ao Edital da Fapesc 32/2024, para projetos
88 de gestão hídrica nas bacias catarinenses, Eliandra explicou que o ProFor não pôde submeter
89 um projeto pelo Comitê Araranguá/Mampituba porque já o tinha feito pelo Tubarão. Assim, a
90 diretoria buscou parceria para a SATC para projeto voltado ao enquadramento da bacia do
91 Araranguá, o qual foi submetido. A presidente lembrou que o Enquadramento do Mampituba,
92 dos afluentes catarinenses, já foi encaminhado ao CERH para ser aprovado. Na sequência,
93 Eliandra apresentou o cronograma de oficinas do Planejamento Estratégico, observando da
94 importância da participação do processo. Solicitando espaço para manifestação, o representante
95 da Gaivotas Saneamento, Sr. Gian Scandolara reclamou do tempo de espera na resposta a
96 pedido de outorga pelo uso da água junto à Sema. Afirmou que, na condição de concessionária
97 de Água, a Gaivota Saneamento está esperando há dois anos pela resposta de um pedido e até
98 agora não deram andamento. Segundo ele, a resposta foi de que o número de técnicos para



99 atender às solicitações de Outorga era insuficiente, razão pela qual não adianta estar
100 promovendo discussões no Comitê se não se consegue resolver problemas como a concessão
101 de outorga. Contribuindo sobre o tema, o Sr. Marini informou que participou da última reunião
102 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), como um de seus membros, e o secretário
103 da Sema, Guilherme Dalla Costa informou que serão contratados mais 25 técnicos para o
104 atendimento do Sistema de Outorga de Água de Santa Catarina - Siout. E chamou atenção para
105 a necessidade de manutenção das estações pluviométricas na bacia. O representante da
106 Fundave, Sr. João Paulo Gava, reforçou que é preciso resolver essa situação, recuperar as que
107 estão com problema e ampliar os equipamentos por conta do alerta feito pelo prof. Márcio
108 Sônego, em evento deste ano em Nova Veneza, de que as previsões de eventos extremos
109 relacionados às mudanças climáticas exigem ações preventivas. Finalizando o item de assuntos
110 gerais, Eliandra comentou brevemente sobre as reuniões em São João e Praia Grande com
111 gestores públicos locais e participação de representante do Comitê com a equipe ProFor para
112 tratar da implementação da Política Hídrica nesses municípios. Ato contínuo, passou ao item
113 3) Alteração do representante titular da Fundave e permanência do vice-presidente, lembrando
114 que o vice-presidente do Comitê, Sr. Juliano Mondardo Dalmonim, havia se afastado da função
115 para a sua campanha à vereança. Contudo, conforme a Presidente, nas inscrições das ASPs, ao
116 indicar seus representantes, a Fundave alterou o nome dos representantes por considerar que o
117 fato de seu representante ser candidato às eleições o impedia de continuar no Comitê. Eliandra
118 afirmou que houve um “erro de forma” involuntário. O representante da Fundave, Sr. João,
119 manifestou-se sobre o caso e confirmou o erro de interpretação, por pensar que o fato de Juliano
120 ao estar licenciado permitiria a indicação de outros nomes até o seu retorno, após o pleito
121 eleitoral. Contextualizada a situação, a presidente colocou em votação a retificação da nominata
122 dos representantes da Fundave, e reinclusão do Sr. Juliano, que foi aprovada por unidade, com
123 28 votos. Subsequentemente, Eliandra passou ao item 4) Discussão e aprovação de alteração
124 *ad referendum* do calendário de Assembleias Gerais Ordinárias do Comitê de Gerenciamento
125 da Bacia do Rio Araranguá e Afluentes Catarinenses do Mampituba para o ano de 2024,
126 explicando a necessidade da alteração por conta de sua participação no evento do OGA, em São
127 Paulo. Colocando em votação, com aprovação de 27 votos. Em seguida, introduziu o item 5)
128 Reestruturação das Câmaras Técnicas, destacando sobre a necessidade de ajustes com a Câmara
129 Técnica de Capacitação em Recursos Hídricos – CTRH, que está inativa. E questionou os
130 membros da Plenária, participantes de CTs, se pretendem continuar como seus integrantes e se
131 haveria necessidade de aumentar o número de assentos. A Presidente sugeriu que as entidades
132 em lista de espera para participar do Comitê fossem inseridas nas CTs, como a Associação de
133 Remanescentes do Quilombo São Roque e o Instituto Alouatta. A discussão sobre o tema foi
134 aberta e sugeriu-se que fossem ampliados os assentos da Câmara Técnica de Assuntos
135 Institucionais e Legais - CTIL (de 5 para 7), da Câmara Técnica de Capacitação em Recursos
136 Hídricos - CTRH (de 5 para 9) e a Câmara Técnica de Mediação de Conflitos - CTMC (de 5
137 para 7). Quanto à composição, para a CTIL foi sugerida a inclusão da ACEAMB (Associação
138 Catarinense de Engenharia Ambiental) e uma outra entidade da lista de espera a ser definida.
139 Já participam a entidades ARASUL, UNESC, Prefeitura de Passo de Torres, CIDASC e Polícia



140 Ambiental. Em função do seu papel de fiscalização, o IMA foi excluído dessa CT por sugestão
141 da Presidente Eliandra, que foi acatada pela sua representante, Sra. Lara Possamai Wesller. Para
142 a CTRRH foram sugeridas o Instituto Alouatta, a Associação de Remanescentes do Quilombo
143 São Roque, APCE e IMA. Esses poderão se somar à composição atual, que conta com a Gaivota
144 Saneamento, Seara Alimentos, Samae Araranguá, Unesc e Epagri. E para a CTMC foram
145 sugeridos CRBIO, ACEAMB, Samae Jacinto Machado, e alguma outra entidade da lista de
146 espera. Essa CT atualmente conta com a participação da ADISI, COOIJAM, COOTIL e
147 Prefeitura de Passo de Torres. Feitas às sugestões, a técnica Sabrina lembrou que as entidades
148 que estão em lista de espera devem ser indicadas por aquelas que já fazem parte do Comitê,
149 pois somente organizações-membro do Comitê podem participar de CTs. Em seguida, a Sra.
150 Eliandra colocou em votação o aumento de assentos para as três CTs, que aprovado por 25
151 votos favoráveis. Dando sequência à ordem do dia, a presidente passou ao item 6) Aprovação
152 da atualização do Regimento Interno das Câmaras Técnicas. Sobre o tema, Eliandra defendeu
153 a necessidade de redução do tempo de convocação, no caso da CTMC, de no mínimo dois dias
154 de antecedência, que atualmente é de 5 dias em caso de conflito hídrico. E citou algumas
155 situações de conflito que exigem um prazo mais flexível, como a questão da fixação da barra
156 do rio Araranguá, e os conflitos da lagoa do Caverá. E também o caso do conflito do Mampituba
157 em relação à extração de seixos no afluente rio Canoas, cuja mediação dever ser da ANA, por
158 conta da dominialidade do curso d'água ser da União. Colocou em votação, com a proposta de
159 sendo aprovada por unanimidade (25 votos). Passando ao último item – 7) Apresentação da
160 proposta e definição do cronograma do Planejamento Estratégico do Comitê Araranguá e
161 Afluentes do Mampituba; Eliandra passou a palavra ao representante da Alcance Gestão
162 Empresarial, Celso Azevedo, empresa contratada pelo ProFor Águas/UNESC, que explicou as
163 etapas do planejamento para dois anos. O consultor detalhou as etapas que serão percorridas e
164 os conceitos principais que balizarão o processo. E destacou a participação dos membros do
165 Comitê como fundamental para o estabelecimento de um Plano de Ação que possa ser efetivado
166 e contribua para o alcance dos objetivos do órgão em sua atuação para a implementação das
167 políticas hídricas na bacia. Nada mais havendo a tratar, às 17horas e 30 minutos, a referida
168 Assembleia Geral Ordinária foi encerrada e eu, Maurício Thadeu Fenilli de Menezes, lavrei a
169 presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada, acompanhada da lista de presença.

Eliandra Gomes Marques
Presidente do Comitê Araranguá e Afluentes
do Mampituba

Mauricio Thadeu Fenilli de Menezes
Secretário Executivo do Comitê Araranguá e
Afluentes do Mampituba

